



PPA

2014-2017

PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO
2014 - 2017

Projeto de Lei



PPA 2014-2017

Prefeito: José Arimatéa Lima Barros Júnior

Vice-Prefeito: Paulo César Feitosa Arraes

Secretaria de Finanças e Planejamento

Secretário: Francisco Edmo Gomes Linhares



PPA 2014-2017

SUMÁRIO

Projeto de Lei

Dimensão Estratégica

O Município
Visão de Futuro
Orientações Estratégicas
Macroobjetivos
PPA em Grandes Números

Dimensão Tática: Anexos

I – Demonstrativo dos Programas Temáticos

II – Demonstrativo dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços
ao Estado

MENSAGEM Nº 056/2013, DE 28 DE AGOSTO DE 2013

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa Eg. Câmara Municipal, por intermédio de V. Ex^a, o anexo projeto de lei que *"Dispõe sobre o plano plurianual do Município para o período 2014 – 2017"*, em conformidade com o disposto no Art. 165, § 1º, da Constituição Federal e no Art. 82, I, § 1º, da Lei Orgânica do Município.

A propositura trata da elaboração do projeto de lei do plano plurianual do Município para o período de 2014 - 2017, instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas da administração pública, com o propósito de viabilizar a implementação e gestão de políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável do Município, e estrutura-se nas seguintes dimensões:

- Dimensão Estratégica – contempla a estratégias de desenvolvimento local, com base na visão de futuro e na relação com planos setoriais, estadual e federal. Apresenta o perfil básico do Município em dados mais recentes, a orientação estratégica e os macroobjetivos que nortearam o planejamento;

- Dimensão Tática – aponta os caminhos para o alcance dos objetivos e das transformações definidas na dimensão estratégica, considerando as variáveis inerentes à política pública tratada, vinculando os Programas Temáticos como instrumento de consecução dos objetivos e metas assumidas, ambos materializados pelas iniciativas expressas no plano. Explicita, também, os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, que tratam do funcionamento das unidades da administração municipal;

**Exmº Sr.
Vereador Tarcísio Christianne G. da Silva
DD. Presidente da Câmara Municipal de Eusébio**

PROTÓCOLO Nº 138
RECEBIDO EM 28/08/13
ENCARREGADO

MF

- Dimensão Operacional – está diretamente relacionada ao desempenho da ação de governo no nível de eficácia, sendo tratada no orçamento, quando são definidos os recursos financeiros disponíveis por iniciativas que são transformadas em projetos e atividades e definem o nível de otimização e qualidade dos produtos e serviços a serem entregues.

O PPA está estruturado em eixos de desenvolvimento, agrupando programas temáticos por áreas de atuação das políticas de governo que entregam produtos e serviços, e materializará a realização de ações que impactarão na melhoria da qualidade de vida da população.

Por fim, o Plano ora submetido à apreciação dessa Casa Legislativa é um instrumento voltado para a gestão de resultados e se constitui em um compromisso que a administração assume com a sociedade, tendo em vista a participação importante dos segmentos representativos organizados na indicação das metas nele consubstanciadas.

Na certeza de que a matéria, da mais alta relevância para a gestão da cidade, merecerá a melhor acolhida por parte de todos que fazem essa Casa Legislativa, passo a aguardar a sua aprovação.

Renovo a V. Ex^a e a seus ilustres pares, meus protestos de consideração e apreço.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO, em 28 de agosto de 2013.


José Arimatea Lima Barros Júnior
PREFEITO DE EUSÉBIO

PROJETO DE LEI Nº 67, DE DE 2013

*Dispõe sobre o Plano Plurianual do
Município para o período de 2014 – 2017.*

Faço saber que a Câmara Municipal de Eusébio aprovou e eu, Prefeito de Eusébio, nos termos do Art. 56 da Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º. Esta lei institui o Plano Plurianual do Município de Eusébio para o período 2014 - 2017, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º da Constituição Federal e no disposto no Art. 82, § 1º da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º. O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

Art. 3º. O PPA 2014-2017 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º. O PPA 2014-2017 terá como diretrizes:

I – a gestão competente e transparente como garantia de eficiência nos gastos públicos na oferta de bens e serviços a sociedade;

II – a valorização da educação, da saúde e da assistência social, como garantia de inclusão social e melhoria da qualidade de vida;

III – a promoção do desenvolvimento urbano e ambiental com sustentabilidade, assegurando a preservação do ambiente natural frente ao construído;

IV – a promoção dos instrumentos da democracia participativa para fortalecimento dos processos de decisão;

V – o desenvolvimento econômico associado ao crescimento pessoal e profissional da classe trabalhadora;



VI – a mobilidade urbana sustentável como política pública de trânsito, transporte e uso e ocupação do solo, tratados de maneira conjunta e harmoniosa.

CAPÍTULO II **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO**

Art. 5º. O PPA 2014-2017 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, assim definidos:

I - Programa Temático: que expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e

II - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município: que expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Art. 6º. O Programa Temático é composto por Objetivos, Indicadores e Valor Global.

§ 1º O Objetivo expressa o que deve ser feito, reflete as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas e tem como atributos:

I - Órgão Responsável: órgão cujas atribuições mais contribuem para a implementação do Objetivo;

II - Meta: medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa; e

III - Iniciativa: atributo que declara as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações governamentais, decorrentes ou não do orçamento.

§ 2º O Indicador é uma referência que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

§ 3º O Valor Global é uma estimativa dos recursos orçamentários, necessários à consecução dos Objetivos, segregadas as esferas Fiscal e da Seguridade, com as respectivas categorias econômicas, e dos recursos de outras fontes.

Art. 7º. Integram o PPA 2014-2017 os seguintes anexos:

I - Anexo I - Programas Temáticos; e

II - Anexo II - Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Handwritten signature

CAPÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 8º. Os Programas constantes do PPA 2014-2017 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional.

§ 1º As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

§ 2º Nos Programas Temáticos, cada ação orçamentária estará vinculada a uma única Iniciativa, exceto as ações padronizadas.

Art. 9º. O Valor Global dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não são limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis de crédito adicional.

Art. 10. Os orçamentos anuais, compatibilizados com o PPA 2014-2017 e com as respectivas leis de diretrizes orçamentárias, serão orientados pelas diretrizes expressas no art. 4º para o alcance dos Objetivos constantes deste Plano.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO DO PLANO

Seção I

Aspectos Gerais

Art. 11. A gestão do PPA 2014-2017 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo, para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis às políticas públicas, e busca o aperfeiçoamento:

I - dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas; e

II - dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2014-2017.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria de Finanças e Planejamento definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas complementares para a gestão do PPA 2014-2017.

Art. 12. O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo relatório anual de avaliação do Plano, que conterá:

I - avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;

II - situação, por Programa, dos Indicadores, Objetivos e Metas;



Art. 13. O Poder Executivo promoverá a adoção de mecanismos de estímulo cooperação federativa com vistas à produção, ao intercâmbio e à disseminação de informações para subsidiar a gestão das políticas públicas.

CAPÍTULO V **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 14. Para fins de atendimento ao disposto no § 1º do art. 167 da Constituição Federal, o investimento plurianual, para o período de 2014 a 2017, está incluído no Valor Global dos Programas.

Parágrafo único. A lei orçamentária anual e seus anexos detalharão os investimentos de que trata o caput, para o ano de sua vigência.

Art. 15. A revisão do PPA será realizada:

I – pela Secretaria de Finanças e Planejamento a qualquer tempo, para a atualização das informações relativas:

- a) aos Indicadores dos Programas;
- b) aos Órgãos Responsáveis por Objetivos;
- c) às Iniciativas sem financiamento orçamentário;
- d) às Metas de caráter qualitativo, cuja implementação não impacte a execução da despesa orçamentária;
- f) às Metas de caráter quantitativo sem financiamento orçamentário; e

II - pela Secretaria Finanças e Planejamento, ao menos uma vez por ano, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de abertura de créditos adicionais, mediante:

- a) alteração do Valor Global dos Programas;
- b) inclusão, exclusão ou alteração de Iniciativas;
- c) adequação da vinculação entre Iniciativas e ações orçamentárias; e
- d) inclusão, exclusão ou alteração de Metas;

III - por meio de projeto de lei de revisão nos casos em que seja necessário:

- a) criar ou excluir Programa ou alterar a sua redação;

ML

b) criar ou excluir Objetivo ou alterar a sua redação; e

c) criar ou excluir Metas e Iniciativas, ressalvadas as hipótese previstas nos incisos I e II do caput .

§ 1º As atualizações de que tratam os incisos I e II do caput serão informadas à Câmara de Vereadores.

§ 2º O projeto de lei de revisão que inclua ou modifique Programa Temático ou Objetivo deverá conter os respectivos atributos e observar a não superposição com a programação já existente no PPA 2014-2017.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO, em 28 de agosto de 2013.


José Arimatéia Lima Barros Júnior
PREFEITO DE EUSÉBIO



PPA

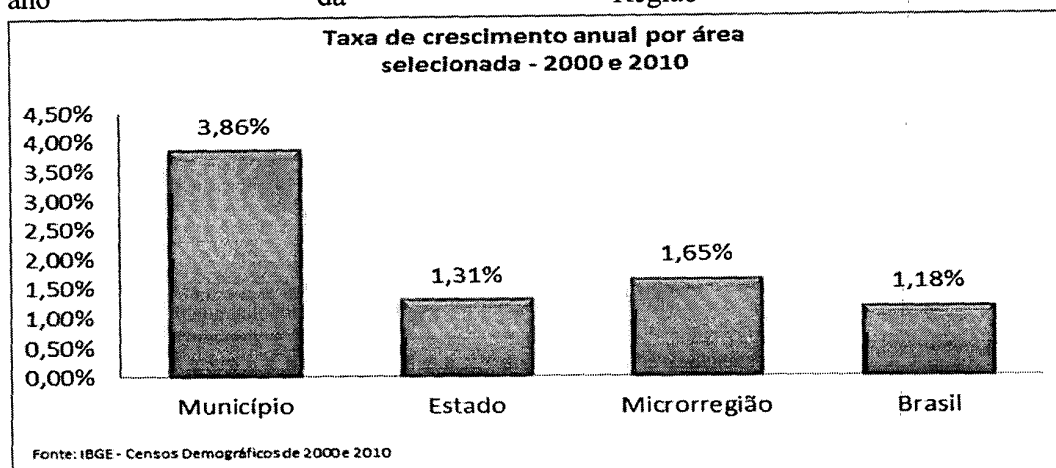
2014-2017

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

O MUNICÍPIO

Aspectos Demográficos Demografia

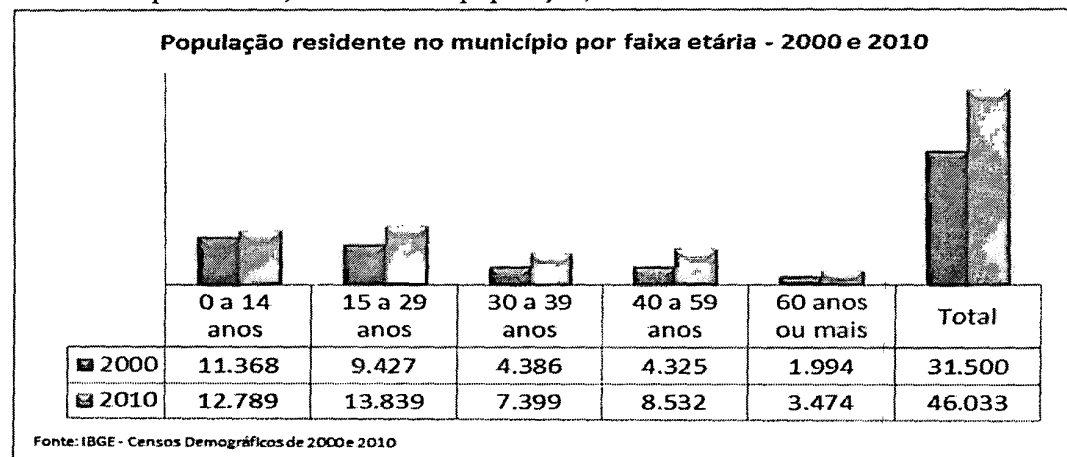
A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 3,86% ao ano, passando de 31.505 para 46.033 habitantes. Essa taxa foi superior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,31% ao ano e superior à cifra de 1,08% ao ano da Região Nordeste.



A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 100% e em 2010 a passou a representar 100% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 5,7% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 6,3% da população, já em 2010 detinha 7,5% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento positivo entre 2000 e 2010, com média de 1,2% ao ano. Crianças e jovens detinham 36,1% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 11.368 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 27,8% da população, totalizando 12.789 habitantes.



ANP

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 5,08% ao ano), passando de 18.138 habitantes em 2000 para 29.770 em 2010. Em 2010, este grupo representava 64,7% da população do município.

Como se observa, a população urbana constitui 100% da população total, tendo apresentado no período de 2000 a 2010 uma taxa de urbanização em crescimento significativo.

Índices Gerais

População: 47.933 hab (Estimativa 2012)

Área: 97 km²

Área (% em relação ao estado): 0,05

Altitude: 26,5 m

Densidade demográfica: 494,15 hab/km²

Taxa de urbanização: 100,0%

Mesorregião: Metropolitana de Fortaleza

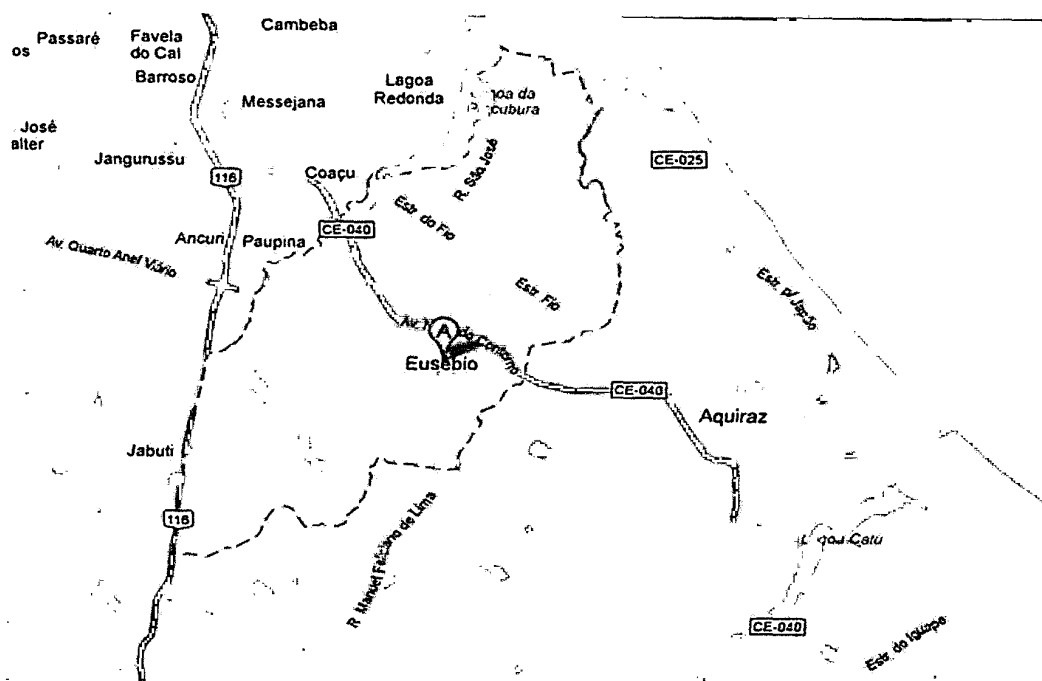
Microrregião: Fortaleza

Acesso: Rodovias CE 040 e BR 116

Acidentes geográficos: Rio Coaçu

Recursos Hídricos: Pluviometria (média anual de 1.532 mm)

Mapa e Planta Básica do Município

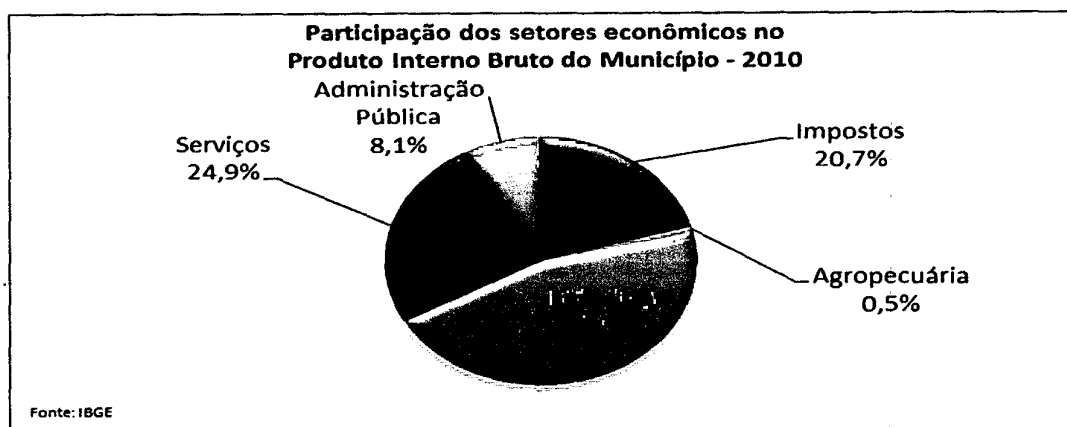


Kup

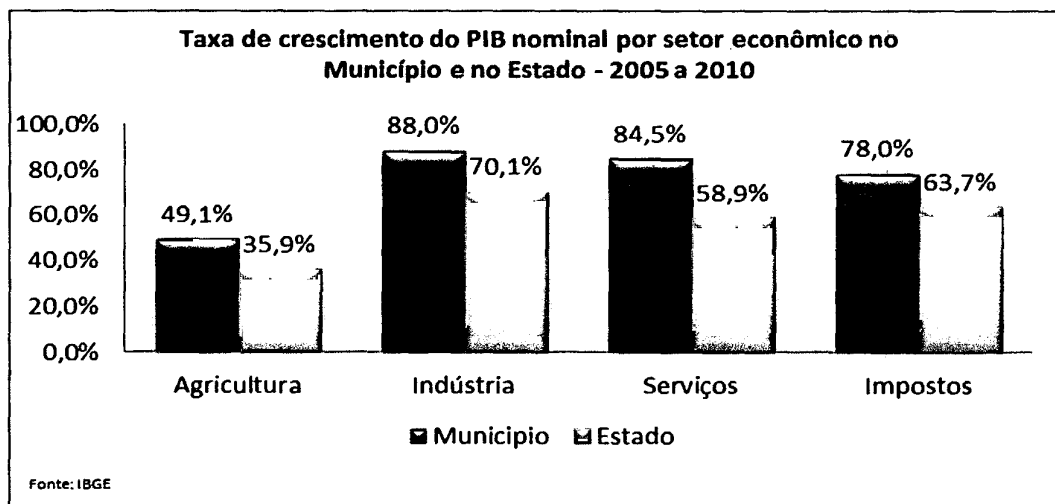
Aspectos econômicos

Produção Econômica

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 84,7%, passando de R\$ 585,3 milhões para R\$ 1.081,1 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado, que foi de 60,5%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 1,43% para 1,65% no período de 2005 a 2010.

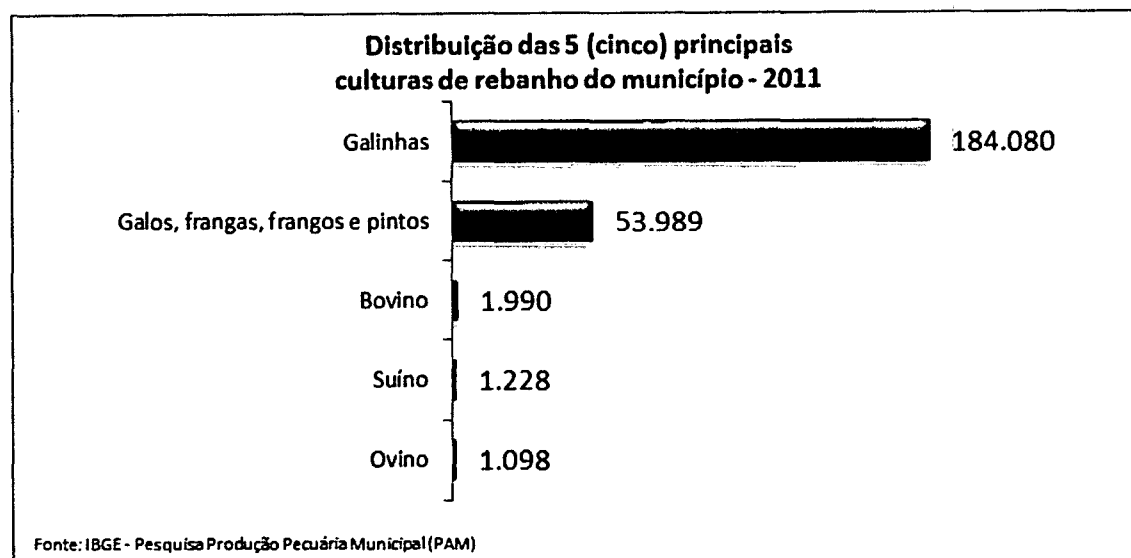


A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Indústria, o qual respondia por 50,8% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 50,8% em 2010, contra 49,9% em 2005. Variação contrária à verificada no Estado, em que a participação industrial decresceu de 49,9% em 2005 para 21,6% em 2010.

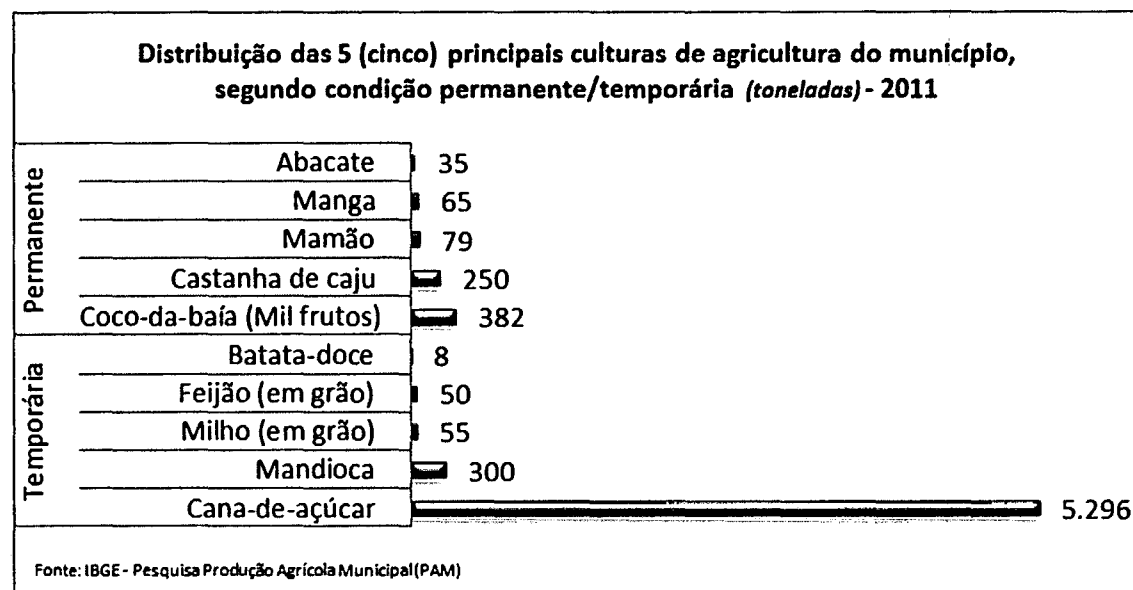


MBF

Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo:



Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:



Handwritten signature

Agricultura Familiar

O município possuía 567 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 86% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 03% da área, ocupavam 80% da mão-de-obra do setor e participavam com 16% do valor da produção agropecuária municipal.

Atualmente, temos 1.635 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) neste município. A tabela abaixo apresenta esses dados relativos também ao seu Estado e ao Brasil:

Quantidade de agricultores cadastrados com DAP
(Declaração de Aptidão ao Pronaf)

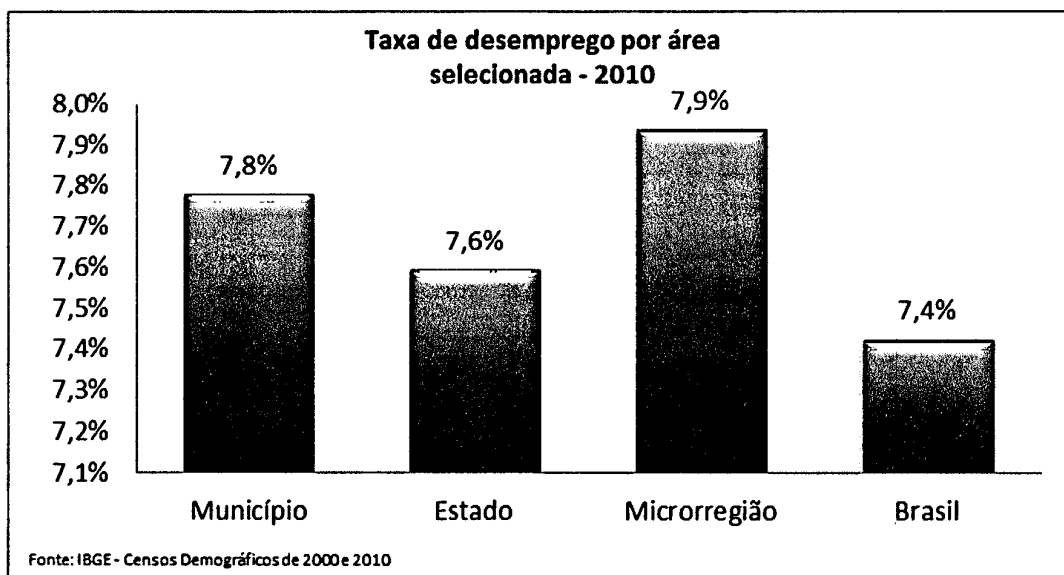
Município	1.635
Estado	641.354
Brasil	4.395.395



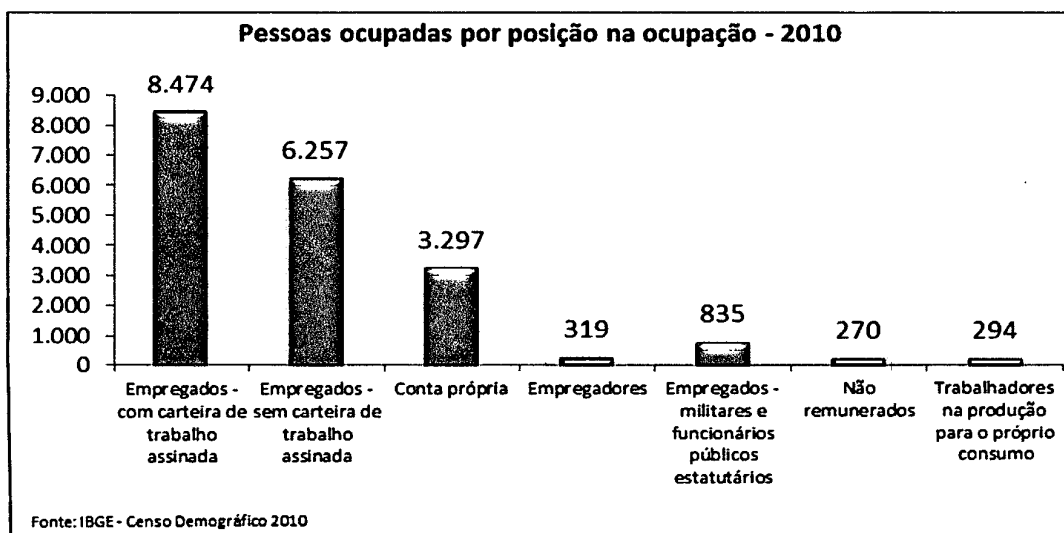
Mercado de trabalho

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 21.495 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 19.746 estavam ocupadas e 1.749 desocupadas. A taxa de participação ficou em 56,5% e a taxa de desocupação municipal foi de 8,1%.

No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira comparativa:



A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 42,9% tinham carteira assinada, 31,7% não tinham carteira assinada, 16,7% atuam por conta própria e 1,6% de empregadores. Servidores públicos representavam 4,2% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 2,9% dos ocupados.



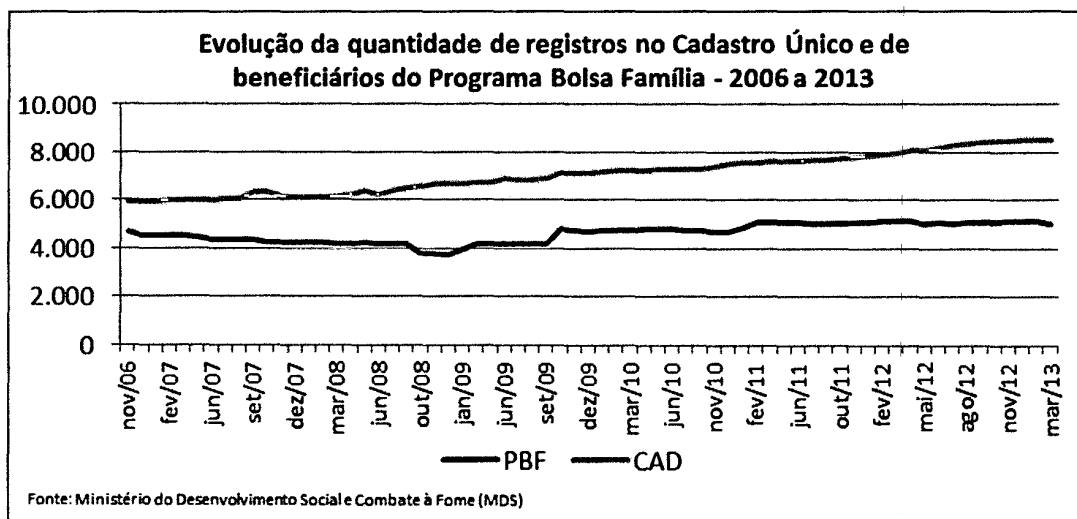
Handwritten signature

Pobreza e Transferência de Renda

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 46.033 residentes, dos quais 3.489 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 7,6% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, (,0%) viviam no meio rural e 3.489 (100,0%) no meio urbano.

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 8.558 famílias registradas no Cadastro Único e 5.041 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (58,90% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros para o seu município:



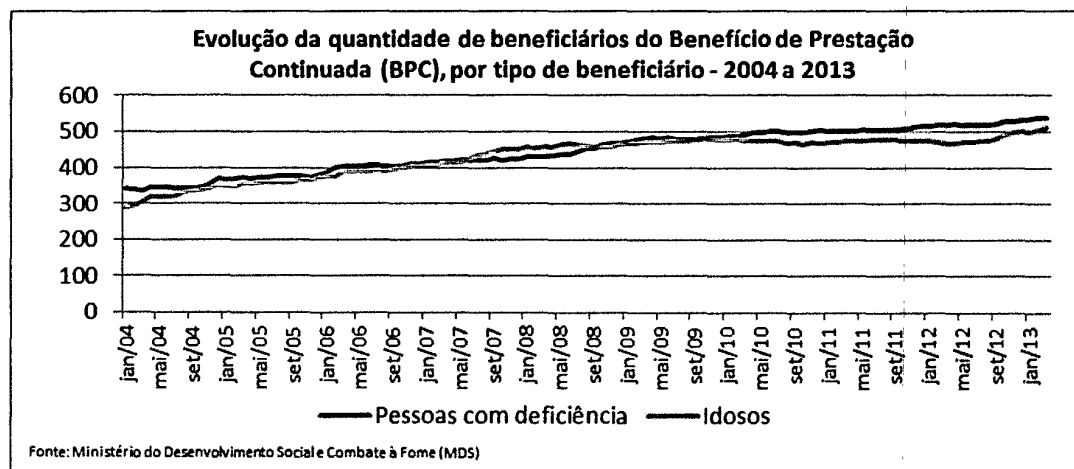
O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir no Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios.

De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 285 famílias em situação de extrema pobreza.

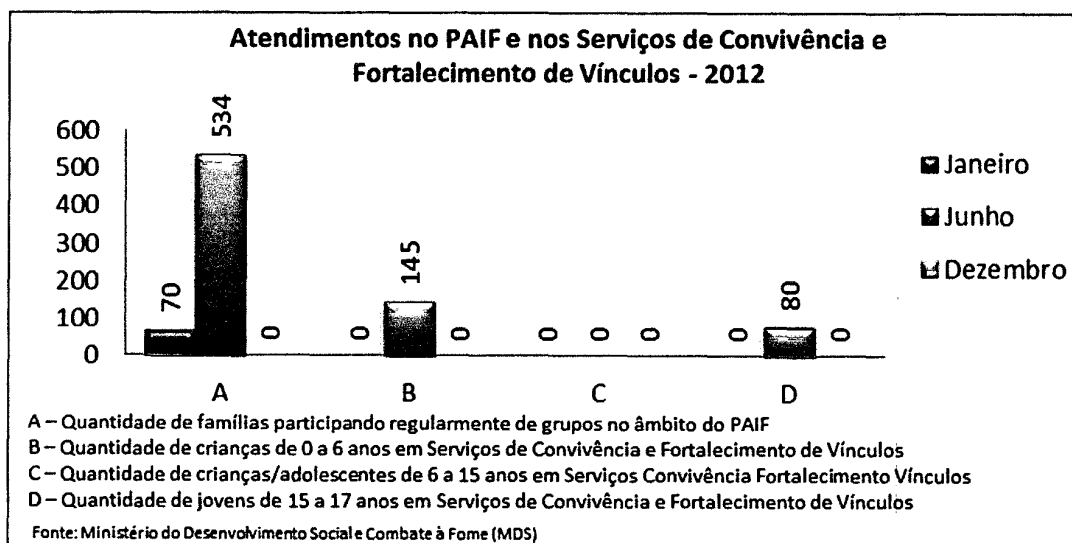
Handwritten signature

Assistência Social

Os atendimentos realizados no âmbito da rede sócio assistencial também são importantes elementos para o diagnóstico do perfil social do seu município. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. No seu município, o gráfico abaixo confere informações acerca da quantidade de beneficiários de BPC considerando o período de 2004 a 2013, por tipo de beneficiário:

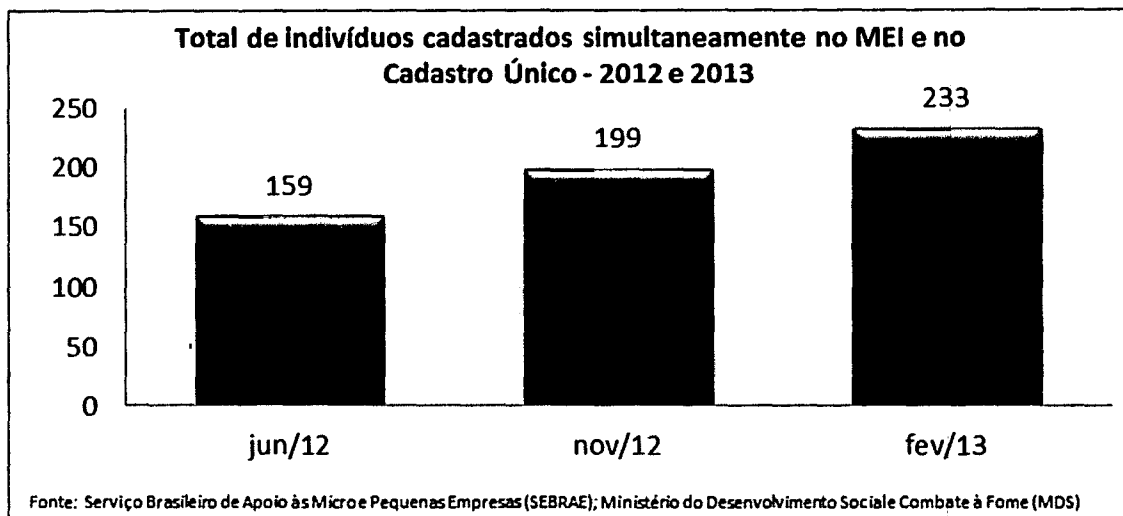


Além do BPC, a Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O gráfico abaixo apresenta os principais indicadores de atendimento nesse âmbito, considerando os dados coletados no Censo SUAS do MDS para o ano de 2012:

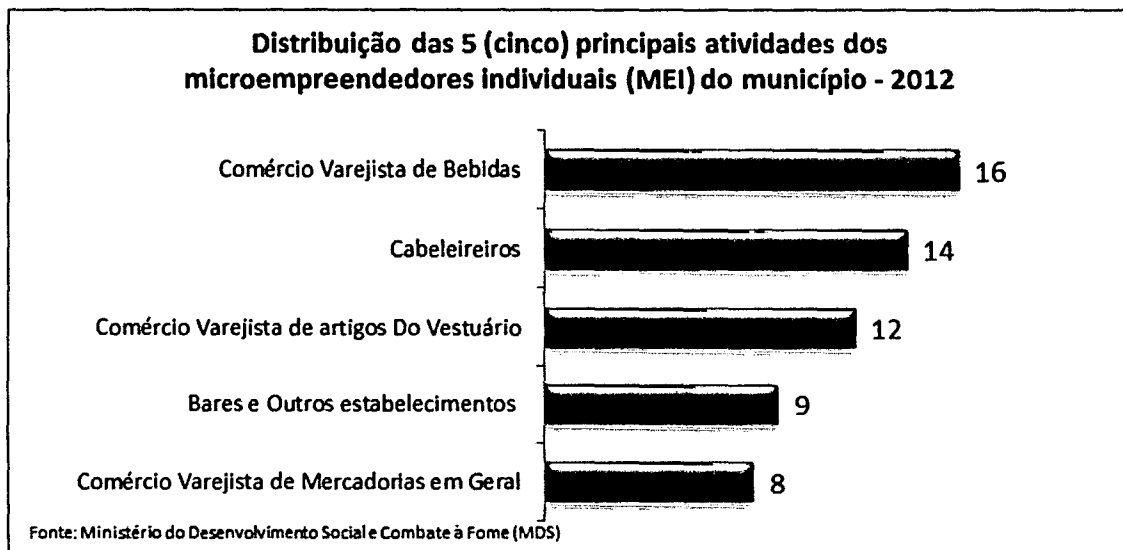


Além dos aspectos de cadastramento no Cadastro Único, no Bolsa Família e de atendimento sócio assistencial, é importante analisar, também, o perfil ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto. Para isso, foram analisados os dados mais atualizados do programa de Microempreendedores Individuais (MEI). Em fevereiro de 2013, o município contava com 552 pessoas cadastradas como MEI.

Desse total, foi possível encontrar, também, indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único. O gráfico abaixo mostra a evolução do total destes indivíduos, que estão cadastrados tanto no Cadastro Único, quanto no MEI, para os meses de junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013:



Quando consideramos os indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único e no programa MEI, foi possível observar, para o seu município, as 5 (cinco) principais atividades econômicas por eles desenvolvidas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

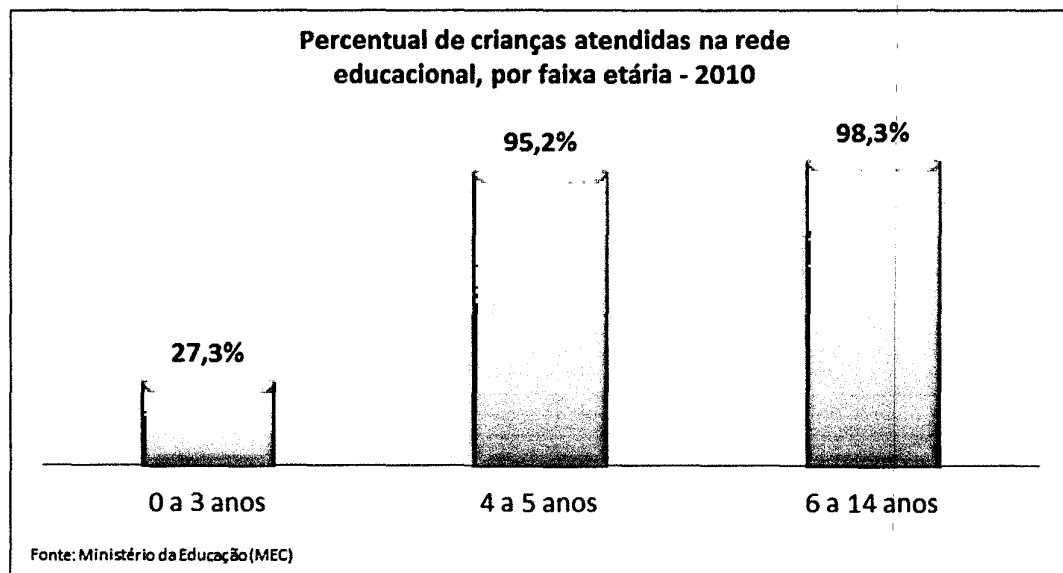


Assinatura

Educação

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 12,2%. Na área urbana, a taxa era de 12,2% e na zona rural era de 0,0%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 2,9%.

No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária, conforme se observa no gráfico abaixo:



Além dos dados situacionais de percentual de atendimento escolar do ano de 2010, foram calculadas, também, metas de atendimento para os próximos anos relativos ao seu município. A tabela abaixo apresenta essas metas:

Metas de atendimento de crianças na rede educacional – 2012 a 2020

	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos
--	-------------------	-------------------	--------------------

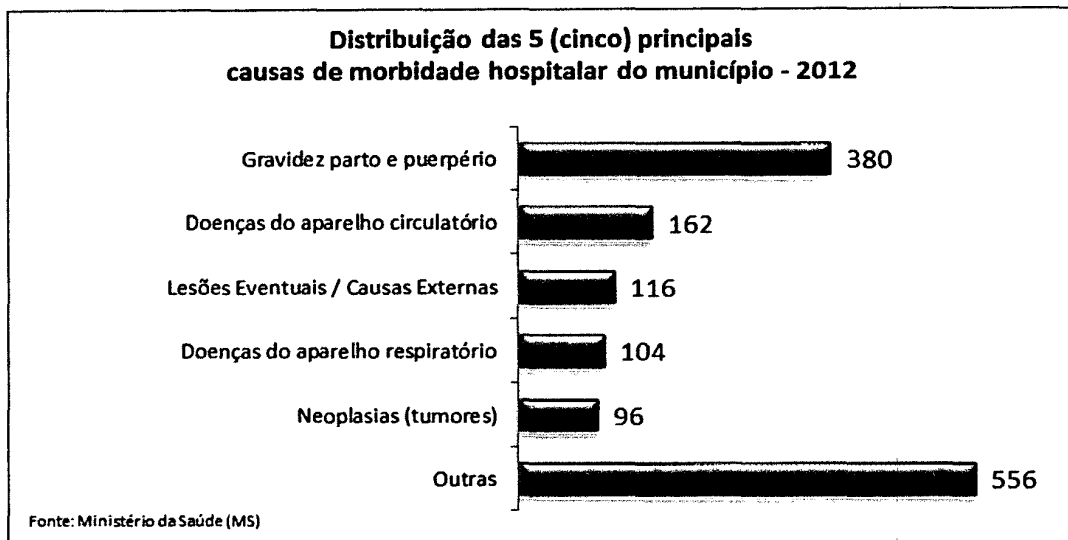
2012	32,0%	97,1%	98,5%
2014	37,1%	98,3%	98,6%
2016	42,6%	99,0%	98,8%
2018	48,2%	99,0%	98,9%
2020	53,9%	99,0%	99,0%

Assinatura

Saúde

Os dados do Ministério da Saúde são importantes para diagnosticar a situação da área no seu município. No tocante à mortalidade infantil, o número de óbitos infantis foi de 7 crianças, ao passo que no Estado o número de óbitos infantis foi de 1.725 crianças e a taxa de mortalidade infantil foi de 13,41 crianças a cada mil nascimentos.

No que concerne à morbidade hospitalar, as 5 (cinco) principais causas de internação são as listadas no gráfico abaixo:

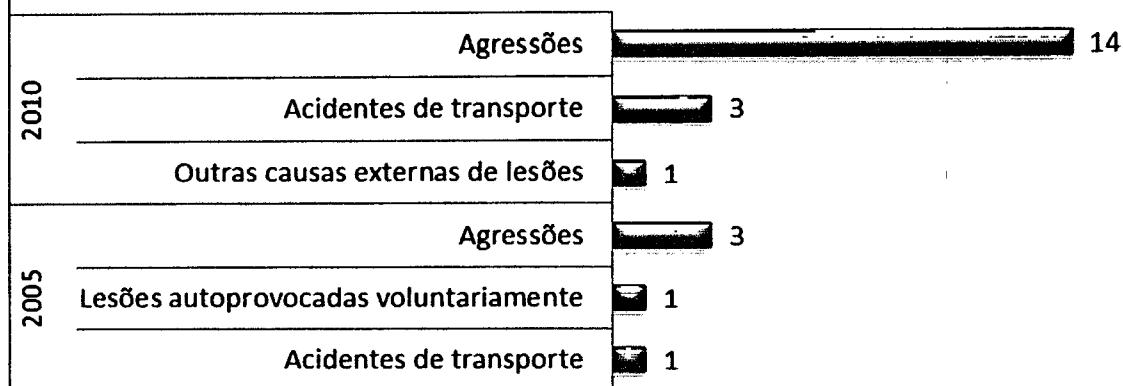


Além da morbidade hospitalar, é importante, também, assinalar as principais causas externas de óbito relatadas pelo município. De acordo com o Censo Demográfico 2010, o total da população de 15 a 29 anos era de 13.839 indivíduos, sendo que 57 faleceram em função de eventos e/ou causas externas.

Quando analisamos de maneira mais detida essas informações, notamos que as causas de morte variam por município. No município, as 3 (três) principais causas externas de óbito dos indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos são, de acordo com dados do Ministério da Saúde, as que seguem no gráfico abaixo, tomando por base os anos de 2005 e 2010:

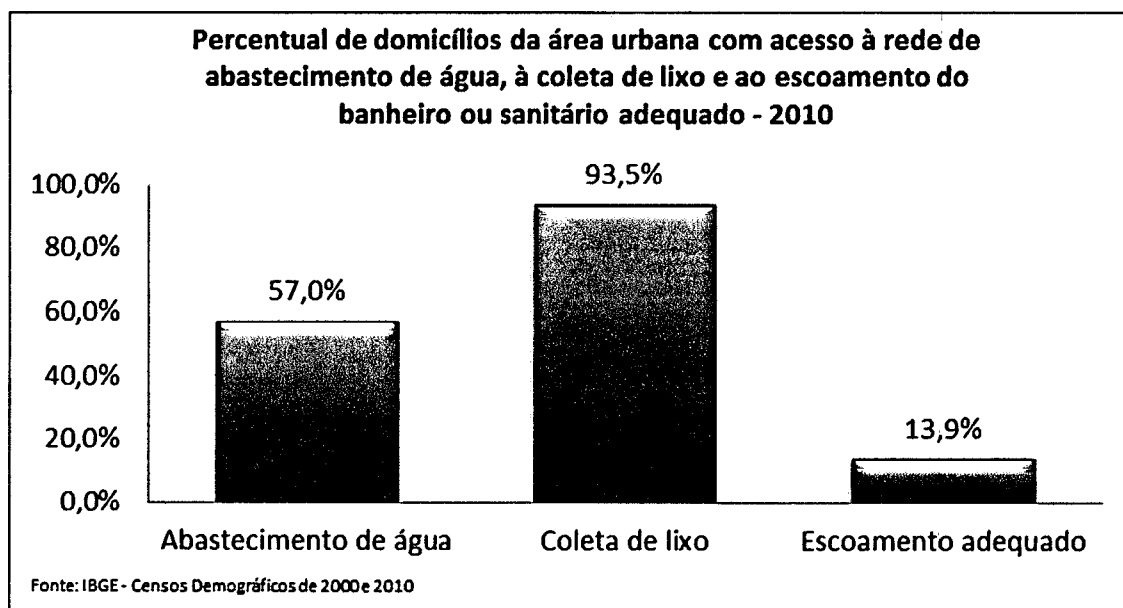
MT

**Distribuição das 3 (três) principais causas externas de óbito,
por tipo de causa - 2005 e 2010**



Fonte: Ministério da Saúde (MS) - Datasus

Por fim, é importante ressaltar as condições de saneamento e serviços correlatos do município, que interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na **área rural** do seu município, a coleta de lixo atendia - dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em - dos domicílios particulares permanentes e - das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. No caso da **área urbana**, o gráfico abaixo fornece a distribuição desses serviços para os domicílios particulares permanentes:



[Assinatura]

VISÃO DE FUTURO

O Município de Eusébio tem apresentado índices de desenvolvimento excelentes, ocupando a segunda posição no ranking dos municípios do Estado. O setor privado e a sociedade impulsionam o desenvolvimento, mas o papel orientador do Município tem se mostrado de fundamental importância ao apontar o futuro desejado e os recursos disponíveis para sua viabilização.

Nesse sentido a Visão de Futuro é o orientador do planejamento do Município e aponta para o objetivo maior, estabelecendo um ideal possível de ser alcançado com a soma dos esforços de todos, na busca de um desenvolvimento econômico e social orientado para a melhoria da qualidade de vida da população.

EUSÉBIO será um município reconhecido;

I – Por seu desenvolvimento urbano e ambiental sustentável, atrativo para a crescente demanda de famílias na busca do bem morar com segurança;

II – Por seu desenvolvimento econômico, com ênfase no setor terciário (comércio e serviços), tendo como indutores a educação básica de qualidade e a capacitação e qualificação profissional;

III – Por seu desenvolvimento social orientado no atendimento aos menos favorecidos, de modo a promover a inclusão social e o combate à pobreza extrema;

IV – Por sua gestão pública moderna e transparente, associada à competência e ao uso da tecnologia da informação.

Os indicadores econômicos, sociais e ambientais serão confrontados em comparação com os de 2017, que será avaliado quanto foi alcançado durante a execução desse planejamento, observando que a Visão de Futuro aponta para um desafio muito maior que os quatro anos de vigência do Plano Plurianual.



MACROOBJETIVOS

I - As programas constantes do Plano Plurianual 2014 -2017, foram estabelecidas com base nos seguintes macroobjetivos:

I – Assegurar a educação para todos mediante o processo de acesso do educando á escola, em condição de permanência com sucesso, construindo o conhecimento numa relação harmoniosa educando/educador em articulação com a família;

II – Implantar uma prática de educação inclusiva, articulando a realidade da escola com seu entorno e estabelecendo parcerias com outras instituições governamentais e representantes da sociedade civil;

III – Aperfeiçoar as potencialidades da escola, quanto aos paradigmas de uma gestão democrática que tem o eixo pedagógico como centro, construído no seu coletivo, em que as diferenças pessoais e diversidades de ideias, são vivenciadas num clima de unidade de princípios;

IV- Desenvolver de forma descentralizada, intersetorial e integrada às demais políticas públicas municipais, programas, metas e iniciativas que assegurem benefícios de proteção social da assistência social, com base na territorialização, voltados ás famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, visando: seu enfrentamento; a garantia de mínimos sociais; ao provimento de condições para atender contingências sistemáticas eventuais; e ainda atender aos ditames da universalização dos direitos sociais no Município;

V – Garantir o acesso à ações e serviços de saúde em todos os níveis de atenção (primária, secundária e terciária), de forma universal,, integral e com equidade;

VI - Considerar como política de desenvolvimento do Município a necessidade de vinculação das atividades produtivas às necessidades essenciais das comunidades, através da absorção da mão-de-obra local, determinando a melhoria da qualidade de vida das famílias;

VII - Promover atividades que garantam a inclusão de pessoas no mercado de trabalho, valorizando a força do trabalho local e aumentando o número de pessoas profissionalmente ativas;



VIII – Fazer do esporte um instrumento de inclusão social e de melhoria da qualidade de vida da população, por meio de ações de esportivas comunitárias;

IX - assegurar o atendimento com saneamento básico, com ênfase no abastecimento d'água de qualidade para o consumo da população e na melhoria da coleta domiciliar e seletiva de resíduos sólidos, como política pública de saúde;

X - incentivar os pequenos produtores e a implantação de novas empresas no Município, objetivando a geração de emprego e renda;

XI - valorizar os talentos artísticos da terra, expandindo as atividades festivas e promoção de eventos;

XII - aproveitar o reconhecido potencial turístico, beneficiando a região com infraestrutura adequada ao desenvolvimento do setor, com o objetivo de colocar o Município na rota turística sol-nascente;

XIII - promover o desenvolvimento urbano e ambiental com sustentabilidade, como forma de atrativo para a implantação de condomínios habitacionais;

XIV – Promover a segurança pública como direito do cidadão, através de ações consorciadas com outras esferas de governo e com a Guarda Municipal como instrumento de segurança pública e patrimonial;

XV – Garantir habitação social com a implementação de urbanização de assentamentos precários, associado à regularização fundiária, a promoção da segurança e salubridade, melhoria das condições de habitabilidade e promover a acessibilidade à aquisição e a melhoria de habitações;

XVI – Garantir mobilidade urbana sustentável como política pública de trânsito, transporte e uso e ocupação do solo;

XVII – Promover a revitalização e requalificação urbana por meio de intervenções estruturantes no sistema viário e em espaços públicos;

XVIII – Mobilizar a juventude para proposição e acompanhamento de políticas públicas e fortalecer o protagonismo juvenil;



XIX – Assegurar gestão pública moderna, competente e transparente, associada a utilização da tecnologia da informação como forma de eficiência dos gastos públicos na oferta de bens e serviços à sociedade.

Mlt

PPA EM GRANDES NUMEROS

O planejamento governamental para os próximos 4 anos constante do PPA 2014 -2017, expresso nos Programas, Objetivos Metas e Iniciativas, aponta para aplicações de R\$ 629,5 milhões.

As fontes de recursos que financiam o PPA 2014 2017 são oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Dispêndio por Tipo de Programa

O PPA 2014 – 2017 está estruturado por tipos de programas, conforme a sua finalidade. Os Programas Temáticos retratam a agenda de governo organizada pelos temas das políticas públicas e orientam a ação governamental, enquanto que os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado agrupam um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da ação governamental.

Do montante de recursos previstos no PPA 2014 - 2017, R\$ 713,9 milhões se destinam aos Programas Temáticos, representando 76,8 %. Os Programas de gestão, Manutenção e Serviços ao Estado representam 23,2 %, totalizando R\$ 215,9 milhões.

Alocação de Recursos por Grandes Áreas Temáticas

A previsão de recursos por áreas fornece um cenário de concentração de recursos considerando apenas os Programas Temáticos do PPA, distribuídos por 3 grandes áreas temáticas:

Área Temática	Quantidade de Programas	Valores em R\$ milhões	%
SOCIAL	8	507,2	80,6
INFRAESTRUTURA	5	78,4	12,4
DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E ECONÔMICO	3	43,9	7,0
TOTAL	21	629,5	100,0



Políticas Sociais

Do total de recursos destinados para a área social destacam-se os previstos para o Programa Aperfeiçoamento do SUS (R\$ 215,2 milhões) e Educação Básica (221,8 milhões). Os Programas Temáticos da área social respondem por 80,6 % dos recursos dos Programas Temáticos no período do Plano.

Políticas de Infraestrutura

A área de infraestrutura, concentra cerca de 12,43 % dos recursos dos Programas Temáticos, e os mais representativos são Programas Desenvolvimento Urbano (R\$ 34,1 milhões), Mobilidade Urbana (R\$ 18,3 milhões) e Serviços Públicos (R\$ 14,3 milhões).

Políticas de Desenvolvimento Econômico e Ambiental

Os Programas associados a área correspondem a 7,0 % dos Programas Temáticos sendo para o Programas Resíduos Sólidos (R\$ 33,2 milhões), Desenvolvimento Ambiental Sustentável (R\$ 6,2 milhões) e Desenvolvimento Econômico (R\$ 3,4 milhões).



- . 0006 - Atenção à Saúde nos Serviços Alta Complexidade em Unidades Conveniadas
- . 0007 - Atenção à Saúde na Unidade de Pronto Atendimento
- . 0008 - Apoio à Manutenção do SAMU
- . 0009 - Ampliação, Reforma e Equipamento do Hospital Municipal com Estruturação da Rede Cegonha
- . 0010 - Ampliação, Reforma e Equipamento de Unidades de Média Complexidade Ambulatorial
- . 0011 - Construção e Equipamento de Centro Especializado de Recuperação

Objetivo: 002 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Órgão Responsável: Secretaria de Saúde

Metas 2014 – 2017

- . Prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco sanitário, o controle sanitário e a regulamentação e regulação sanitária
- . Implantar 04 Academias de Saúde

Iniciativas

- . 0012 - Promoção e Vigilância em Saúde
- . 0013 - Implantação de Academias de saúde

Objetivo: 003 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Órgão Responsável: Secretaria de Saúde

Metas 2014 – 2017

- . Garantir o atendimento de medicamentos de 80% de fármacos padronizados no elenco da Programação Pactuada Integrada-PPI da Assistência Farmacêutica Básica e Especializada

Iniciativas

- . 0014 - Assistência Farmacêutica Básica - PPI
- . 0015 - Assistência Farmacêutica Complementar
- . 0016 - Assistência Farmacêutica Especializada - PPI

Objetivo: 004 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência do Crack e outras drogas.

Órgão Responsável: Secretaria de Saúde

Metas 2014 – 2017

- . Implementar políticas sobre drogas para a redução de dependência química e de outras drogas
- . Construir e equipar CAPS Geral, CAPS AD III e CAPS infantil
- . Construir e equipar unidade de acolhimento infanto-juvenil
- . Reformar e Equipar CAPS AD II

RWT

Iniciativas

- . 0017 - Implementação de políticas sobre drogas para a redução de dependência química e de outras drogas
- . 0018 - Construção e Equipamento de CAPS Geral
- . 0019 - Construção e Equipamento de CAPS AD III
- . 0020 - Construção e Equipamento de CAPS Infantil
- . 0021 - Reforma e Equipamento de CAPS AD II
- . 0022 - Construção e Equipamento de Unidade de Acolhimento Infanto-juvenil

Objetivo: 005 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde.

Órgão Responsável: Secretaria de Saúde

Metas 2014 – 2017

- . Garantir o funcionamento dos Conselhos Municipais, assegurando recursos orçamentários específicos no orçamento do órgão gestor.

Iniciativas

- . 0023 - Funcionamento do Conselho Municipal de Saúde



Programa: 0203 - Defesa Civil

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Cobertura de riscos e desastres	%	2010	100,00
Famílias atendidas em relação ao total afetadas por sinistros e desastres	%	2010	100,00

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	90.000	321.000
Despesas Correntes	80.000	291.000
Despesas de Capital	10.000	30.000
Valores Globais	90.000	321.000
	411.000	

Objetivo: 001 - Promover ações em resposta a situações de emergências que coloquem em risco a população.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania

Metas 2014 – 2017

. Manter a defesa civil permanente

Iniciativas

. 0001 - Funcionamento da Defesa Civil Permanente

MTF

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Apoio ao Gabinete - FMMA

Metas 2014 – 2017

- . Apoiar as Ações de Controle, Fiscalização e Defesa do Meio Ambiente
- . Implantar o Parque Ecológico de Eusébio

Iniciativas

- . 0006 - Apoio as Ações de Controle, Fiscalização e Defesa do Meio Ambiente
- . 0007 - Implantação do Parque Ecológico de Eusébio

Objetivo: 002 - Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Apoio ao Gabinete - AMMA

Metas 2014 – 2017

- . Formar educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos para a gestão e implementação de programas locais de educação ambiental

Iniciativas

- . 0008 - Execução de ações de formação, comunicação e desenvolvimento de capacidades para educadores ambientais, lideranças comunitárias, jovens e gestores públicos

Objetivo: 003 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando o desenvolvimento sócio ambiental do Município.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Apoio ao Gabinete - AMMA

Metas 2014 – 2017

- . Garantir o funcionamento dos Conselhos Municipais, assegurando recursos orçamentários específicos no orçamento do órgão gestor.

Iniciativas

- . 0009 - Funcionamento do Conselho Municipal de Meio Ambiente

AMM

Programa: 0205 - Desenvolvimento Econômico

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Empregos gerados de empreendimentos implantados	número	2012	*
Empreendimentos implantados	número	2012	*

* Índice ainda não apurado ou inexistente

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	730.000	2.709.000
Despesas Correntes	670.000	2.509.000
Despesas de Capital	60.000	200.000
Valores Globais	730.000	2.709.000
	3.439.000	

Objetivo: 001 - Promover ações de fortalecimento da política de atração de empreendimentos, de modo a elevar o nível de emprego e renda no Município.

Órgão Responsável: Secretaria de Governo e Desenvolvimento da Gestão

Metas 2014 – 2017

. Apoiar a implantação de empresas industriais, comerciais e prestadoras de serviços

Iniciativas

. 0001 - Apoio à Implantação de Empresas

10/7

Programa: 0206 - Desenvolvimento Urbano

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Obras de estruturação e requalificação urbana	número	2012	*

* Índice não apurado ou inexistente

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	8.020.000	26.076.000
Despesas Correntes	1.949.000	7.096.000
Despesas de Capital	6.071.000	18.980.000
Valores Globais	8.020.000	26.076.000
	34.096.000	

Objetivo: 001 - Promover a revitalização e requalificação urbana do Município por meio de intervenções estruturantes no sistema viário e em espaços públicos.

Órgão Responsável: Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Metas 2014 – 2017

- . Implantar e melhorar 400.000 M² de vias do sistema viário urbano
- . Urbanizar 120.000 M² de espaços públicos
- . Manter 100% das Vias Urbanas

Iniciativas

- . 0001 - Ampliação, Recuperação e Melhoria da Infraestrutura Viária
- . 0002 - Ampliação, Recuperação e Melhoria da Infraestrutura Urbana
- . 0003 - Manutenção de Vias Urbanas

Handwritten signature

Programa: 0207 - Educação Básica

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
IDEB do ensino fundamental - anos iniciais	Unidade	2012	5,4
IDEB do ensino fundamental - anos finais	Unidade	2012	4,6
Percentual da população com 15 anos que conclui o ensino fundamental	%	2012	94,6
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	%	2012	13,5
Taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 9 anos (6 a 14 anos)	%	2012	64,6
Taxa de frequência à creche - população de 0 a 3 anos)	%	2012	95
Taxa de frequência à escola - população de 4 a 5 anos)	%	2012	95
Taxa de frequência à escola - população de 6 a 14 anos)	%	2012	85
Taxa de abandono - 9º ano do ensino fundamental	%	2012	0,2
Taxa de aprovação - 9º ano do ensino fundamental	%	2012	64,6

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	50.960.540	170.889.600
Despesas Correntes	43.150.140	152.855.600
Despesas de Capital	7.810.400	18.034.000
Valores Globais	50.960.540	170.889.600
	221.850.140	

Objetivo: 001 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência e conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino.

Órgão Responsável: Secretaria de Educação

Metas 2014 – 2017

- . Ampliar a área física e reformar 31 unidades do ensino fundamental
- . Equipar 32 unidades do ensino fundamental
- . Implantar 02 unidades do Ensino Fundamental
- . Implantar e reformar infraestrutura esportiva em 08 unidades de educação básica
- . Garantir o transporte escolar dos alunos da educação básica
- . Garantir o apoio ao estudante ao ensino médio
- . Garantir o apoio financeiro para manutenção de 31 unidades da educação básica através do Programa Municipal de Manutenção Escolar e Desenvolvimento do Ensino-PMMDE
- . Construir e equipar 02 centros de educação infantil
- . Ampliar e reformar 02 centros de educação infantil
- . Construir 02 creches
- . Equipar 04 creches
- . Reformar 04 creches

- . Implantar Núcleo de Atendimento Especializado da Educação Especial
- . Garantir o funcionamento das unidades escolares da rede municipal, assegurando os insumos indispensáveis aos desenvolvimento da aprendizagem em todas as etapas e modalidades de ensino da educação básica

Iniciativas

- . 0001 - Funcionamento das unidades escolares da rede municipal, assegurando os insumos indispensáveis aos desenvolvimento da aprendizagem em todas as etapas e modalidades de ensino da educação básica
- . 0002 - Ampliação de Escola
- . 0003 - Equipamento de Escola
- . 0004 - Construção de Escola
- . 0005 - Implantação e Reforma de Infraestrutura Esportiva na Escola
- . 0006 - Manutenção do Transporte Escolar
- . 0007 - Apoio ao Estudante do Ensino Médio
- . 0008 - Programa Municipal de Manutenção Escolar e Desenvolvimento do Ensino-PMMDE
- . 0009 - Construção e Equipamento de Centro de Educação Infantil
- . 0010 - Ampliação e Reforma de Centro de Educação Infantil
- . 0011 - Equipamento de Creche
- . 0012 - Reforma de Creche
- . 0013 - Construção de Creche
- . 0014 - Implantar Núcleo de Atendimento Especializado da Educação Especial

Objetivo: 002 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando o desenvolvimento da Educação Básica.

Órgão Responsável: Secretaria d e Educação

Metas 2014 – 2017

- . Garantir o funcionamento dos Conselhos Municipais, assegurando recursos orçamentários específicos no orçamento do órgão gestor.

Iniciativas

- . 0015 - Funcionamento do Conselho Municipal de Educação



Programa: 0208 - Esporte e Lazer

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Pessoas beneficiadas com ações de esporte	número	2012	*
Atleta de rendimento apoiado	número	2012	*

* Índice ainda não apurado ou inexistente

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	2.757.100	7.561.000
Despesas Correntes	452.100	1.646.000
Despesas de Capital	2.305.000	5.915.000
Valores Globais	2.757.100	7.561.000
	10.318.100	

Objetivo: 001 - Assegurar o acesso da população ao esporte e ao lazer, de modo a promover a cidadania, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida.

Órgão Responsável: Secretaria de Esportes e Juventude

Metas 2014 – 2017

- . Apoiar o desenvolvimento da prática de esportes e lazer, como forma de promoção da saúde, de inclusão social e da melhoria da qualidade de vida da população
- . Ampliar e recuperar a infraestrutura esportiva
- . Implantar e recuperar polos de lazer
- . Implantar ginásio poliesportivo
- . Reformar o estádio municipal
- . Implantar pista de BICICROSS

Iniciativas

- . 0001 - Apoio ao Desenvolvimento do Desporto
- . 0002 - Implantação e melhoria da infraestrutura de esporte
- . 0003 - Implantação de Ginásio Poliesportivo
- . 0004 - Reforma do Estádio Municipal
- . 0005 - Implantação de Pista de BICICROSS
- . 0006 - Implantar e Recuperar Polos de Lazer



Programa: 0209 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Percentual de CRAS com IDCAS igual ou superior a 6	%	2012	100,00
Famílias registradas no Cadastro Único	número	2012	8.744
Razão famílias beneficiárias do PBF/p do Municípiopopulação	%	2012	39,66
Percentual de CREAS com oferta de serviço especializado em abordagem social	%	2012	100,00
Taxa anual de concessão do BPC	%	2012	*

* Índice ainda não apurado ou inexistente

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	2.476.000	7.786.000
Despesas Correntes	1.685.000	6.064.000
Despesas de Capital	791.000	1.722.000
Valores Globais	2.476.000	7.786.000
	10.262.000	

Objetivo: 001 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica.

Órgão Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social

Metas 2014 – 2017

- . Garantir o atendimento de 9.600 famílias pelo Programa de Atendimento Integral às Famílias - PAIF
- . Ampliar e garantir a cobertura de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para toda as faixas etárias dos serviços tipificados
- . Implantar Centro de Convivência do Idoso nos CRAS
- . Reformar com acessibilidade de 05 unidades da rede de Proteção Social Básica
- . Equipar 05 unidades da rede de Proteção Social Básica
- . Construir 02 Centros de Referência de Assistência Social
- . Assegurar a estruturação da rede de Proteção Social Básica

Iniciativas

- . 0001 - Ampliação, estruturação e manutenção dos serviços da Rede de Proteção Social Básica
- . 0002 - Implantação de Centro de Convivência do Idoso nos CRAS
- . 0003 - Construção de Centro de Referência de Assistência Social
- . 0004 - Equipamento de Unidade Proteção Social Básica
- . 0005 - Reforma com Acessibilidadede de Unidade de Proteção Social Básica

Objetivo: 002 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos, em situação de riscos sociais e violação de direitos, aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados pela rede de prestação de serviços de média complexidade.

Órgão Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social

Metas 2014 – 2017

- . Garantir e ampliar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para idosos, mulheres, crianças e adolescentes, em situação de violência, com enfoque na proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária
- . Garantir o atendimento de 1.000 famílias e indivíduos pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI
- . Ampliar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para a população em situação de violência.
- . Atender crianças, adolescentes, indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, visando assegurar a defesa dos direitos socioassistenciais
- . Construir e equipar 02 Centros de Referência Especializada de Assistência Social
- . Reformar com acessibilidade unidade de Proteção Social Especial

Iniciativas

- . 0006 - Ampliação, qualificação, estruturação e manutenção dos serviços da Rede de Proteção Social Especial
- . 0007 - Construção e Equipamento de Centro de Referência Especializada de Assistência Social
- . 0008 - Reforma com Acessibilidade de Unidade de Proteção Social Especial
- . 0009 - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI

Objetivo: 003 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação dos Benefícios da Prestação Continuada da Assistência Social e dos benefícios eventuais.

Órgão Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social

Metas 2014 – 2017

- . Atender com o benefício da prestação continuada e com benefícios eventuais 2.000 pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de extrema pobreza

Iniciativas

- . 0010 - Concessão de Benefícios Sócioassistenciais

Objetivo: 004 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social.

Órgão Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social

NH

Programa: 0210 - Habitação Social: Moradia Digna

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Déficit habitacional em áreas urbanas	unidade	2012	*
Déficit habitacional qualitativo - inadequação fundiária	unidade	2012	1.200

* Dados ainda não apurados ou inexistentes

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	1.903.000	6.420.000
Despesas Correntes	1.080.000	3.644.000
Despesas de Capital	823.000	2.776.000
Valores Globais	1.903.000	6.420.000
	8.323.000	

Objetivo: 001 - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.

Órgão Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social - FMH

Metas 2014 – 2017

- . Efetivar ações de urbanização de assentamentos precários, através da melhoria e regularização urbanística e fundiária de habitações de interesse social e pagamento do aluguel social
- . Garantir a regularização fundiária de 1.200 unidades habitacionais de famílias de baixa renda

Iniciativas

- . 0001 - Implementação de urbanização de assentamentos precários, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão social ambiental, através do Programa Habitacional de Interesse Social e da garantia do pagamento do aluguel social
- . 0002 - Regularização Fundiária de Habitações de Interesse Social

Objetivo: 002 - Ampliar o acesso a habitação de forma subsidiada ou facilitada, priorizando a população de baixa renda, através do Programa Minha Casa Minha Vida.

Órgão Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social - FMH



Metas 2014 – 2017

. Pavimentar e qualificar 20.000 m² de vias urbanas com adensamento populacional e infraestrutura deficiente

Iniciativas

. 0003 - Implantação de pavimentação, calçadas e sinalização viária de vias urbanas com adensamento populacional e infraestrutura deficiente

18/7

Programa: 0213 - Previdência Social

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Taxa de resolutividade	%	2012	100
Taxa de cobertura previdenciária	%	2012	100

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2014 - 2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	1.500.000	5.100.000
Despesas Correntes	1.500.000	5.100.000
Despesas de Capital	0	
Valores Globais	1.500.000	5.100.000
	6.600.000	

Objetivo: 001 - Promover o reconhecimento dos direitos do segurado e garantir o pagamento dos benefícios previdenciários previstos no RPPS.

Órgão Responsável: Secretaria de Governo e Desenvolvimento da Gestão - IPME

Metas 2014 – 2017

. Atender a 100% dos benefícios previdenciários do segurado com direito reconhecido

Iniciativas

. 0001 Pagamento de Benefícios Previdenciários do RPPS

Alf

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho	unidade	2012	*
Índice de homicídios na adolescência(a cada mil adolescentes)	1/1.000	2012	*
Número de adolescentes internos no sistema socioeducativo	unidade	2012	*

* Índices ainda não apurados ou inexistentes

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	419.100	1.475.000
Despesas Correntes	414.100	1.460.000
Despesas de Capital	5.000	15.000
Valores Globais	419.100	1.475.000
	1.894.100	

Objetivo: 001 - Promover os direitos da criança e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando seu direito de opinião e participação.

Órgão Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social

Metas 2014 – 2017

. Apoiar entidades de proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social

Iniciativas

. 0001 - Apoio às Ações do Fundo de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente

Objetivo: 002 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social.

Órgão Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social

Metas 2014 – 2017

. Garantir o funcionamento dos Conselhos Municipais, assegurando recursos orçamentários específicos no orçamento do órgão gestor.

Iniciativas

. 0002 - Funcionamento do Conselho Tutelar

MLF

Programa: 0215 - Resíduos Sólidos

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Percentual de domicílios urbanos atendidos por coleta direta de resíduos sólidos	%	2012	-
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros sanitários	%	2012	-
Taxa de recuperação de material reciclável em relação a quantidade total coletada	%	2012	-
Número de cooperativas ou associações de catadores	%	2012	-

* Índice não apurado ou inexistente para o ano de referência

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	7.603.000	25.610.000
Despesas Correntes	7.273.000	24.560.000
Despesas de Capital	330.000	1.050.000
Valores Globais	7.603.000	25.610.000
	33.213.000	

Objetivo: 001 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços do sistema de coleta domiciliar urbano.

Órgão Responsável: Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Metas 2014 – 2017

. Ampliar e manter o sistema de coleta domiciliar de resíduos sólidos, de modo a atender a 100% dos domicílios da área urbana

Iniciativas

. 0001 - Melhoria e manutenção da coleta domiciliar de resíduos sólidos urbano

Objetivo: 002 - Garantir os serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Órgão Responsável: Secretaria Municipal de Apoio ao Gabinete - AMMA

Metas 2014 – 2017

. Implantar e manter serviço de coleta seletiva de resíduos sólidos urbano

KUT

Iniciativas

. 0002 - Implantação e manutenção de coleta seletiva de resíduos sólidos urbano

RUF

Programa: 0216 - Saneamento Básico

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Percentual de domicílios urbanos abastecidos por rede geral de distribuição de água	%	2012	3
Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora de esgoto	%	2012	3
Percentual de domicílios urbanos servidos por fossas sépticas	%	2012	7

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	807.200	2.596.000
Despesas Correntes	272.200	990.000
Despesas de Capital	535.000	1.606.000
Valores Globais	807.200	2.596.000
	3.403.200	

Objetivo: 0001 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento básico, por meio da ampliação e melhoria nos sistemas de abastecimento d'água e de esgotamento sanitário.

Órgão Responsável: Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Metas 2014 – 2017

. Ampliar, melhorar e manter o sistema de saneamento básico

Iniciativas

. 0001 - Ampliação, melhoria e manutenção do sistema de saneamento básico

Programa: 0217 - Segurança Alimentar e Nutricional

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Número de famílias beneficiadas com ações de segurança alimentar e nutricional	número	2012	1.000

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	1.201.000	2.169.000
Despesas Correntes	468.000	1.749.000
Despesas de Capital	733.000	420.000
Valores Globais	1.201.000	2.169.000
	3.370.000	

Objetivo: 001 - Assegurar complementação alimentar e nutricional para pessoas em condições de extrema pobreza, garantindo o direito humano à alimentação adequada.

Órgão Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social

Metas 2014 – 2017

- . Garantir a complementação alimentar a 1.000 famílias/ano em condições de extrema pobreza
- . Implantar e manter equipamentos da rede pública de segurança alimentar e nutricional (restaurante popular, cozinha comunitária e banco de alimentos)

Iniciativas

- . 0001 - Programa de Complementação Alimentar
- . 0002 - Implantação e manutenção de equipamento de Segurança Alimentar e Nutricional
- . 0003 - Implantação de Restaurante Popular

Objetivo: 002 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando a garantia do direito humano de alimentação adequada para pessoas em condição de extrema pobreza.

Órgão Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social

Metas 2014 – 2017

- . Garantir o funcionamento dos Conselhos Municipais, assegurando recursos orçamentários específicos no orçamento do órgão gestor.

Iniciativas

- . 0004 - Funcionamento do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

MF

Programa: 0219 - Serviços Públicos

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Percentuais de vias urbanas com iluminação pública	%	2012	70
Índice de satisfação da população no sistema de abastecimento por mercados públicos	%	2012	

* Índice ainda não apurado ou inexistente

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	3.277.000	11.059.000
Despesas Correntes	3.122.000	10.536.000
Despesas de Capital	155.000	523.000
Valores Globais	3.277.000	11.059.000
	14.336.000	

Objetivo: 001 - Melhorar a qualidade dos serviços públicos essenciais prestados, por meio da expansão e melhoria da iluminação pública de vias urbanas e espaços públicos e do abastecimento na rede pública de mercados.

Órgão Responsável: Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Metas 2014 – 2017

- . Ampliar e manter a iluminação pública de vias urbanas e logradouros públicos e espaços públicos
- . manter a rede de abastecimento por mercados públicos

Iniciativas

- . 0001 - Iluminação de Vias e Logradouros Públicos
- . 0002 - Funcionamento de Mercado Público

KUT-

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito	número	2012	50
Ocupações geradas com empreendimentos econômicos apoiados	número	2012	*
Trabalhadores capacitados inseridos no mercado de trabalho	número	2012	650

* Índices ainda não apurados ou inexistentes

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	4.568.000	14.982.000
Despesas Correntes	3.818.000	13.902.000
Despesas de Capital	750.000	1.080.000
Valores Globais	4.568.000	14.982.000
	19.550.000	

Objetivo: 001 - Estimular a geração de emprego, trabalho e renda através do apoio a pequenos negócios.

Órgão Responsável: Secretaria de Governo e Desenvolvimento da Gestão

Metas 2014 – 2017

. Apoiar a implantação de 50 pequenos negócios/ano

Iniciativas

. 0001 - Apoio aos Pequenos Negócios

Objetivo: 002 - Qualificar e intermediar trabalhadores e empreendedores, visando a inserção no mercado de trabalho.

Órgão Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social

Metas 2014 – 2017

- . Qualificar e intermediar 500 trabalhadores/ano para o mercado de Trabalho
- . Garantir a qualificação profissional e a intermediação de 150 jovens/ano para o trabalho
- . Construir e Equipar Centro de Capacitação e Inclusão Produtiva

Iniciativas

- . 0002 - Capacitação e Intermediação para o Trabalho
- . 0003 - Qualificação Profissional e Intermediação de Jovens para o Trabalho
- . 0004 - Construção e Equipamento do Centro de Capacitação e Inclusão Produtiva

Objetivo: 003 - Prevenir situação de risco e vulnerabilidade social de famílias referenciadas nos territórios dos CRAS que percebam, a qualquer título, renda mensal inferior a um salário mínimo, mediante complementação de renda familiar, visando o combate a desnutrição e mortalidade infantil, a minimização da miséria e a promoção do emprego e renda.

Órgão Responsável: Secretaria de Desenvolvimento Social

Metas 2014 – 2017

- . Garantir o benefício da complementação de renda mínima a 900 famílias/ano

Iniciativas

- . 0005 - Programa de Renda Mínima

RWT

Indicadores	Unidade de Medida	Referência	
		Ano	Índice
Índice de satisfação do turista com infraestrutura, atrativos e serviços turísticos	número	2012	*

* Índice ainda não apurado ou inexistente

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	273.000	861.000
Despesas Correntes	58.000	211.000
Despesas de Capital	215.000	650.000
Valores Globais	273.000	861.000
	1.134.000	

Objetivo: 0001 - Promover a atividade turística no Município através da ampliação e melhoria da infraestrutura de turismo e da manutenção e conservação dos atrativos naturais.

Órgão Responsável: Secretaria de Cultura e Turismo

Metas 2014 – 2017

- . Ampliar e melhorar a infraestrutura de turismo
- . Promover o desenvolvimento do turismo local

Iniciativas

- . 0001 - Ampliação e Melhoria da Infraestrutura de Turismo
- . 0002 - Promoção e Desenvolvimento do Turismo Local





PPA

2014-2017

DIMENSÃO TÁTICA
ANEXO II - demonstrativo dos Programa
de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estad

Programa: 0101 – Atuação Legislativa da Câmara de Vereadores

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	6.420.000	24.039.000
Despesas Correntes	6.098.000	22.834.000
Despesas de Capital	322.000	1.205.000
Valores Globais	6.420.000	24.039.000
	30.459.000	

Programa: 0102 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria Municipal de Apoio ao Gabinete e Vinculadas

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	5.203.500	18.343.000
Despesas Correntes	5.018.500	17.763.000
Despesas de Capital	185.000	580.000
Valores Globais	5.203.500	18.343.000
	23.546.500	

Programa: 0103 – Programa de Gestão e Manutenção da Procuradoria Geral do Município

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	739.900	2.696.000
Despesas Correntes	736.900	2.684.000
Despesas de Capital	3.000	12.000
Valores Globais	739.900	2.696.000
	3.435.900	

Programa: 0104 – Programa de Gestão e Manutenção da Assessoria de Articulação Política

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	130.700	462.000
Despesas Correntes	128.700	456.000
Despesas de Capital	2.000	6.000
Valores Globais	130.700	462.000
	592.700	

Programa: 0105 – Programa de Gestão e Manutenção da Assessoria de Comunicação

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	760.400	2.703.000
Despesas Correntes	756.400	2.691.000
Despesas de Capital	4.000	12.000
Valores Globais	760.400	2.703.000
	3.463.400	

Programa: 0106 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Finanças e Planejamento

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	3.806.300	13.162.00
Despesas Correntes	3.560.300	12.962.00
Despesas de Capital	246.000	200.00
Valores Globais	3.806.300	13.162.00
	16.968.300	



Programa: 0107 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Governo e Desenvolvimento da Gestão e Vinculadas

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	4.269.100	14.890.000
Despesas Correntes	3.629.100	12.860.000
Despesas de Capital	640.000	2.030.000
Valores Globais	4.269.100	14.890.000
	19.159.100	

Programa: 0108 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	3.069.200	10.808.000
Despesas Correntes	2.969.200	10.508.000
Despesas de Capital	100.000	300.000
Valores Globais	3.069.200	10.808.000
	13.877.200	

Programa: 0109 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Educação e Vinculadas

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	3.828.100	12.301.000
Despesas Correntes	3.208.100	11.681.000
Despesas de Capital	620.000	620.000
Valores Globais	3.828.100	12.301.000
	16.129.100	



Programa: 0110 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Saúde e Vinculadas

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	3.337.100	9.850.000
Despesas Correntes	3.264.100	9.610.000
Despesas de Capital	73.000	240.000
Valores Globais	3.337.100	9.850.000
	13.187.100	

Programa: 0111 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Social e Vinculadas

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	3.186.200	11.016.000
Despesas Correntes	3.116.200	10.754.000
Despesas de Capital	70.000	262.000
Valores Globais	3.186.200	11.016.000
	14.202.200	

Programa: 0112 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria Esportes e Juventude

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	988.200	3.490.000
Despesas Correntes	978.200	3.460.000
Despesas de Capital	10.000	30.000
Valores Globais	988.200	3.490.000
	4.478.200	

Ass.

Programa: 0113 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Segurança Pública e Cidadania e Vinculadas

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	8.092.400	28.576.000
Despesas Correntes	8.027.400	28.366.000
Despesas de Capital	65.000	210.000
Valores Globais	8.092.400	28.576.000
	36.668.400	

Programa: 0114 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Cultura e Turismo

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	1.678.200	5.929.000
Despesas Correntes	1.658.200	5.869.000
Despesas de Capital	20.000	60.000
Valores Globais	1.678.200	5.929.000
	7.607.200	

Programa: 0115 – Programa de Gestão e Manutenção da Controladoria Geral do Município

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	289.200	1.022.000
Despesas Correntes	286.200	1.012.000
Despesas de Capital	3.000	10.000
Valores Globais	289.200	1.022.000
	1.311.200	



Programa: 0116 – Previdência de Inativos e Pensionistas do RPPS

Esfera	Valor 2014 (R\$ 1,00)	Valor 2015-2017 (R\$ 1,00)
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	2.469.000	8.332.000
Despesas Correntes	2.469.000	8.332.000
Despesas de Capital	0	0
Valores Globais	2.469.000	8.332.000
	10.801.000	

Net